

A Rebelião da Leitura como Fonte de Investigação

Resumo
<i>Uma indagação inicial</i>
<i>Algumas respostas</i>
<i>Bibliografia</i>
<i>Notas</i>

RESUMO

Este artigo chama atenção para possibilidades de investigação na história levando-se em conta como as pessoas têm lido determinados textos, variando-se os tempos, os lugares e as comunidades. Trata-se de compreender como numerosos textos sob formas impressas possivelmente diferentes podem ter sido diversamente apreendidos, manipulados, compreendidos. Em seu trabalho, o historiador deve levar em conta que a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços e hábitos. Emergem “rebeliões” a partir das formas como são feitas as leituras. Os que podem ler têm de forma diferente, o que também os leva a compartilhar o que leram de forma inesperada e adversa da compreensão de quem escreveu.

PALAVRAS-CHAVE: Investigação, leitura, rebelião.

[voltar]

UMA INDAGAÇÃO INICIAL

Estimulados pela “síndrome do 11 de setembro”, os editores da revista *Época*, do dia dois de setembro de 2002, publicaram matéria de capa destacando que, como em outros tempos de crises e graves tensões internacionais, a crença de que o fim do mundo está próximo ganha força. Segundo o semanário, nos EUA, 170 milhões de pessoas acreditam nisso. No Brasil pelo menos 36 milhões de pessoas estariam à espera do Apocalipse. A reportagem destaca que a natureza das pregações do apocalipse é potencialmente explosiva e implica uma divisão clara entre o bem e o mal, e um confronto iminentes. Os autores da reportagem ilustram o escrito ressaltando que, durante a Reforma Protestante, o pregador Thomas Múntzer chefiou uma revolta de 8 mil camponeses que, esperando participar do Armagedom, a batalha final entre as forças do céu e do inferno, marcharam com foices e enxadas para enfrentar seus senhores, no leste da Alemanha. Foram massacrados, da mesma maneira como aconteceram quatro séculos depois com os revoltosos de Canudos, no Nordeste Brasileiro. Aqui começa nosso problema e uma pergunta inicial: É possível retratar com fidelidade os acontecimentos do século em que viveu e atuou Thomas Múntzer?

[voltar]

ALGUMAS RESPOSTAS

O historiador Peter Burke nos alerta que a cultura popular no início da Europa moderna é esquecida. Uma cultura que escapa do historiador que, apesar de considerar-se intelectualmente preparado, pode achar difícil entender pessoas diferentes dele próprio e também porque os indícios a respeito de atitudes e valores dos europeus daquela época, esperanças e temores, são muito fragmentários.

Burke salienta que não é de se admirar que alguns historiadores tenham julgado impossível descobrir como era a cultura popular naquele período. Os historiadores gostariam de ver as representações da época através dos olhos dos artesãos e camponeses, mas são obrigados a enxergá-las através dos olhos dos outros forasteiros letrados, que andaram naquele cenário, mas que também deixaram fragmentos no nosso tempo. Essa situação traz riscos, mas que pode ser contornada com certa segurança através de meios mais ou menos indiretos.

Estudar a história do comportamento de pessoas numa época em que a maioria não sabia ler ou escrever leva o historiador necessariamente a enxergá-la com dois pares de olhos estranhos a elas: os dele e os dos autores dos documentos que servem de mediação entre quem estuda e as “pessoas comuns” que se está tentando alcançar. As distorções podem acontecer em muitos casos. É preciso, quando isso é possível, conhecer o autor dos documentos e o contexto em que foram escritos, além das “frestas” e mensagens não entrelinhadas que os documentos contêm. Os sermões de frades, os folhetos e livretos populares e a intenção deles, as atas dos tribunais de inquisição e dos julgamentos dos tumultos e rebeliões podem ser documentos preciosos para o trabalho do historiador. Porém em tudo é necessário ter cuidado, e os pesquisadores nunca podem confiar totalmente nos seus documentos. Na intenção de dar sentido a fragmentos de provas sobreviventes, Burke propõe uma abordagem por rodeios, recuperada por diversos meios indiretos e interpretada por uma série de analogias. É um método que, neste caso, não deveria ser utilizado sozinho, mas associado a outros métodos.

No caso da história que envolveu Thomas Múntzer e seu principal oponente Martinho Lutero, além dos panfletos escritos por eles, é digno de nota, pela importância, o principal escrito programático dos rebeldes camponeses conhecido como os *Doze Artigos*, cujo conteúdo completo é: *Fundamentais e Verdadeiros Artigos Principais de todo o Camponesinato e dos Vassallos sob as Autoridades Religiosas e Seculares, pelas quais se Crêem Sobrecarregados*. Segundo Burke, o documento serviu para dar publicidade à causa, mas apresenta um problema por não se saber exatamente quem o redigiu. A isto Burke faz uma indagação: as exigências contidas no documento seriam as que mais importavam aos camponeses, ou para os autores que redigiram as reivindicações em nome deles? Acredita-se que seus autores tenham sido Sebastião Lotzer, oficial de peleiro e pregador leigo, e Christoph Schappeler, ambos vivendo em Memingen, que se basearam em artigos previamente formulados e oriundos da região do alto Reno. É possível que a autoria dos artigos nos quais Lotzer e Schappeler se inspiraram tenha sido de Baltasar Hüblener, reformador radical, pregador e, desde 1525, líder do movimento anabatista na localidade de Waidshut, onde promoveu ativamente uma coalizão entre setores urbanos e camponeses rebelados. Apesar de ser considerado um documento fidedigno e autêntico, o que se observa é um exemplo da complexidade que envolve documentos antigos sobre os quais o historiador se debruça, tentando construir reflexões e tirar conclusões. Os *Doze Artigos* podem ser considerados um dos documentos mais importantes quando se pretende formular uma ideia da situação camponesa na Alemanha na primeira metade do século XVI. É preciso lembrar, porém, que igualmente os panfletos escritos por Martinho Lutero e Thomas Múntzer são fontes preciosas na análise de questões diversas relacionadas ao levante camponês e das ideias religiosas e políticas dos dois reformadores. É possível que Lutero e Múntzer sejam considerados os dois principais mediadores a nos disponibilizar informações sobre a *Bauernkriegs*, na guerra de suas posições ideológicas, mas, acima de tudo, da violência física que acabou sendo desencadeada e estimulada pelas posições teológicas dos principais protagonistas do conflito.

De uma relação inicialmente amistosa, as divergências teológicas entre os dois se acentuaram, levando a uma situação em que a tentativa de reconciliação não se tornou mais possível. Para Múntzer, Lutero, o *doutor mentiroso e vida mansa*, havia se filiado às autoridades e se acovardado diante das injustiças, não levando às últimas consequências sua doutrina reformatória. Para Lutero, Múntzer, o *discípulo do diabo e falso profeta*, queria apenas promover desordens e tumultos com ações violentas e falsas doutrinas. Esse teria sido o motivo que levou Lutero a se dirigir aos príncipes advertindo-os da ameaça representada por Múntzer, que se havia tornado popular por suas pregações em Allstedt, ganhando a simpatia dos menos favorecidos. Lutero denunciou Múntzer de que ele pretendia usar a força e se opor à autoridade com violência, e organizar para tanto uma verdadeira rebelião. Se os camponeses efetivamente seguissem por esse caminho, então os príncipes deveriam impedi-los, pois era para isso que a autoridade lhes havia sido concedida. Utilizando textos veterotestamentários de Isaías e Miquéias, Múntzer acusou os príncipes de ladrões e bandidos. Ciente da gravidade que envolvia a questão camponesa, Múntzer propôs ações de represália contra nobres e senhores, reconhecendo que, de outro modo, nada conseguiriam – para ele, algo precisava ser feito, e sem demora, mesmo que para isso fosse necessário empunhar as armas e declarar a guerra. Os panfletos, os discursos e os sermões que se originaram da ação dos dois teólogos denunciam a motivação religiosa do conflito. Fica também evidente que o texto escrito pela revista *Época* sobre Múntzer se constitui num escrito que reduz muito a complexidade da análise que é pertinente ser feita, e que, guardadas as limitações, é perseguida neste artigo.

Postas estas considerações, sobrevém mais uma inquietação. Como e por onde começar uma abordagem sobre um tema relacionado ao século XVI? Começar pela consulta às fontes coletadas? Talvez possam não ser consideradas como as únicas e as ideais. São, porém, às vezes, as únicas ferramentas possíveis que nos permitem iniciar o trabalho conduzido pela subjetividade de quem se propõe a construir uma história. O historiador Roger Chartier chama atenção para a possibilidade de construir uma história, levando-se em conta como as pessoas têm lido determinados textos variando-se os tempos, os lugares e as comunidades. Descobrir, por exemplo, por que leitores de condição humilde – e neste particular é possível trazer uma primeira analogia entre Múntzer e Menocchio – chegaram a possuir e ler livros que não lhes eram especificamente destinados. Trata-se de, enfim, compreender como os numerosos textos sob formas impressas possivelmente diferentes podem ter sido diversamente apreendidos, manipulados, compreendidos. Chartier alerta que o historiador deve levar em conta que a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços e hábitos. A clivagem grosseira que se faz entre analfabetos e alfabetizados não esgota as diferenças na relação com o escrito. Os que podem ler têm de forma diferente, o que também os leva a compartilhar o que leram de forma inesperada e adversa da compreensão de quem escreveram. É possível que essa seja a base de reflexão que leva a entender, em parte ao menos, por que Thomas Múntzer considerou a reforma proposta por Lutero como incompleta.

No texto *A Aventura do Livro*, Roger Chartier chama atenção para os receios que Lutero tinha sobre o fato de as pessoas interpretarem livremente a Bíblia. O autor ressalta que, durante muito tempo, as leituras das mulheres foram submetidas a um controle que justificava a mediação necessária do clero, por temor das interpretações selvagens, sem garantia de poder. Poder-se-ia comparar esta obsessão com o medo que a Igreja sentia diante da leitura da Bíblia por todos os cristãos. O próprio Lutero, desde os seus 1520, depois de ter dado a todos a Bíblia, traduzindo-a para o alemão, tem um movimento de recuo quando percebe que ela suscita interpretações – a dos anabatistas, por exemplo – política e socialmente gerativas. Daí o retorno ao catecismo e ao ensinamento do pastor. Não foi, porém, só o catecismo que foi utilizado para corrigir as heresias e os supostos desvios teológicos. Vários panfletos escritos por Lutero durante a Guerra dos Camponeses tiveram essa finalidade. Registre-se, como exemplo, o documento que Lutero escreveu em resposta aos *Doze Artigos* do camponesinato da Suábia - *Exortação à Paz: Resposta aos Doze Artigos do Camponesinato da Suábia*. Lutero havia entendido que a rebelião dos camponeses e os *Doze Artigos* constituíam uma interpelação à Reforma, o que o fez reagir guiado por tal percepção. De acordo com Chartier

“A leitura é, por definição, rebelde e vadia. Os artificios de que lançam mão os leitores para obter livros proibidos, ler nas entrelinhas, e subverter as lições impostas são infinitos. (...) O livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ela deve ser compreendida ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação. Todavia, essa ordem de múltiplas fisionomias não obtve a onipotência de anular a liberdade dos leitores. Mesmo limitada pelas competências e convenções, essa liberdade sabe como se desviar e reformar as significações que a reduzem. (...) a recepção também inventa, desloca e distorce. Produzidas em uma ordem específica, que têm as suas regras, suas convenções e suas hierarquias, as obras escapam e ganham densidade, peregrinando, às vezes na mais longa jornada, através do mundo social. Decifradas a partir dos esquemas mentais e efetivos que constituem a cultura (no sentido antropológico) das comunidades que a recebem, tais obras se tornam um recurso precioso para pensar o essencial: a construção de um vínculo social, a subjetividade individual, a relação com o sagrado”¹⁷.

Mas voltemos, por ora, para a história de Menocchio e às possíveis analogias que se podem construir daí em direção à Reforma e os seus desdobramentos. É oportuno lembrar que o inquérito contra Menocchio ocorreu aproximadamente 50 anos após a Guerra dos Camponeses. As referências apontadas por Ginsburg, portanto, constituem indícios relevantes para estudar aquela época. É no prefácio que o autor destaca que um caso como o de Menocchio só teria sido possível devido à invenção da imprensa e à Reforma. A imprensa teria permitido a Menocchio confrontar os livros com a tradição oral em que havia crescido e lhe conferiu os elementos necessários para organizar suas novas ideias. A Reforma, por sua vez, deu-lhe a ousadia para externar o que pensava ao padre de sua aldeia, aos seus contrários e aos inquisidores. As rupturas determinadas pelo fim dos letrados sobre a cultura escrita e do monopólio dos clérigos sobre as questões religiosas criaram uma situação nova e potencialmente explosiva. Ginsburg ressalta, porém, que a convergência entre as aspirações de uma cultura considerada alta e uma outra popular já havia sido declarada de maneira definitiva mais de meio século antes do julgamento de Menocchio. Segundo ele, foi quando Lutero condenou com ferocidade os camponeses em revolta e suas reivindicações. Os ideais que sobram da época acabaram inspirando apenas minorias perseguidas, como os anabatistas. A partir da consolidação das igrejas protestantes e da Contra-Reforma, iniciara-se uma era marcada pelo enrijecimento hierárquico, pela doutrinação paternalista das massas,

pelo questionamento ou mesmo extinção da cultura popular e pela marginalização mais ou menos violenta das minorias dos grupos dissidentes. Foi o contexto que levou Menocchio à fogueira. Meio século já havia passado, mas fica evidente que a ousadia de Múntzer em atacar o Reformador Lutero e os príncipes está relacionado ao próprio andamento da Reforma e ao acesso a leituras, entre as quais a da Bíblia, que fizeram com que o profeta quiliastas tirasse suas próprias conclusões e acabasse com isso arcando com o trágico e prematuro fim de sua vida.

Segundo Ginsburg, a Reforma Protestante havia desferido um grande golpe contra o princípio da autoridade no campo religioso, como também político e social. Embora Menocchio defendesse diante dos inquisidores posicionamentos que nada tinham a ver com os princípios protestantes, sua postura, apesar de heterodoxa, lembrava uma atitude anabatista. O autor lembra que, antes do seu desmantelamento na segunda metade do século XVI, o movimento anabatista havia se alastrado por grande parte da Itália setentrional e central. Mesmo que não pareça possível concluir que a Reforma e a eclesiologia de Menocchio, que Ginsburg construiu a partir dos interrogatórios aos quais ele se submeteu, tem uma fisionomia precisa.

“No complexo quadro religioso da Europa do século XVI ela nos remete, principalmente e em mais de um ponto, às posições dos anabatistas. A insistência na simplicidade da palavra de Deus, a negação das imagens sacras, das cerimônias e dos sacramentos, a negação da divindade de Cristo, a adesão a uma religião prática baseada nas obras, a polêmica progando pobreza contra as pompas da Igreja, a exaltação da tolerância são todos elementos que nos conduzem ao radicalismo religioso dos anabatistas”²⁰

Menocchio foi um personagem que passou a vida construindo uma cosmologia muito própria a partir de suas leituras. Repartir-la, para ele, era uma necessidade quase física de sua mente, de sua boca, mas que também foi um modo de contrapor-se aos poderosos. Poder-se-ia descobrir pontos de convergência entre os discursos de Menocchio e humanistas refinados, protestantes e, em particular, os anabatistas, e os lavradores, e os demais moleiros. O que Menocchio aparentemente compreendeu mal é, na verdade, o que ele compreendeu de maneira diferente e “rebelde”.

A Reforma e a Renascença podem ter atingido o personagem da história de Ginsburg de forma indireta, a distância, mas é possível vê-lo agindo numa inspiração que retorna o que de melhor havia naquele tempo: o espírito de curiosidade e o livre exame, pelo indivíduo, das coisas da fé. A curiosidade e as opiniões de Menocchio, segundo o relato de Ginsburg, fizeram dele um desses homens para os quais dizer o que pensam é tão importante que, por isso, acabam arriscando a própria vida. É por isso que nem toda a confissão é sempre uma vitória da tortura; *porque às vezes a pior tortura é ter a voz silenciada*²¹.

Ater-se à história de Menocchio, como aos textos escritos por mediadores como Martinho Lutero e Thomas Múntzer e às rebeliões que emergem das leituras dos mesmos, podem constituir formas legítimas do historiador alcançar indiretamente o que aconteceu no tempo em que viveram personagens.

Este artigo inicia com uma problematização em torno de um acontecimento do tempo presente: os atentados terroristas contra os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Na problematização, foi lembrada a experiência bélico-teológica de Thomas Múntzer no século XVI. Parece que o referido século poderia ser jogando luzes sobre problemáticas vividas pela humanidade no século XXI. Na tarefa fecunda do historiador que pode ser traduzida pela vontade de compreender, de buscar, Lucien Febvre nos lembra que cada época constrói mentalmente a sua representação de passado histórico. Em se tratando dos homens que influenciaram com suas ideias o século XVI, o historiador observa que seus modos de raciocinar, as suas exigências de prova, podem não ser mais as nossas, mas não há porque não concluir que o século XVI foi um século inspirado, um século que acima de todas as coisas, procurava um reflexo divino; mesmo que a inspiração viesse das rebeliões que emergiam das leituras que se faziam naquele tempo.

[voltar]

BIBLIOGRAFIA

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. In: *Variiedades em história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador - conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Unesp, 1998.

CHARTIER, Roger. *A ordem do livro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Instituto de Estudos Avançados USP 5/11. São Paulo: janeiro/abril, 1991.

DAVIS, Natalie Zenon. *Ritos da violência*. In: DAVIS, Natalie Zenon. *Culturas do povo; sociedade e cultura no início da França moderna*. São Paulo: Paz e Terra, 1990

DESAN, Suzanne. *Massas, comunidade e ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Davis*. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ECHEGARAY, Hugo. *Utopia e reino na América Latina*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Plural Editora, 1998.

ENGELS, Friedrich. *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

FEBVRE, Lucien. *O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais*. Lisboa: Editorial Início, 1970.

GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

REVISTA ÉPOCA, Rio de Janeiro: Globo, 02 de setembro de 2002, p. 60-66. A revista é uma publicação semanal da Editora Globo S.A. Circula nacionalmente e é também distribuída em Portugal. Além de matérias jornalísticas sobre o Brasil e o mundo, publica reportagens “especiais” como aquela que utilizamos como referência no texto. Podem ainda ser destacadas a seção de entrevistas e as matérias publicadas por colunistas. O historiador Kenneth Maxwell publica coluna na revista.

3 BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. In: *Variiedades em história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

4 Idem, *Ibidem*, p.91-112.

5 Em capítulo que aborda a polêmica entre Lutero e Múntzer, Hugo Echegaray, utilizando-se de informações coletadas por J. Domingues, cita um resumo as reivindicações do movimento expressas em 1525 pelos camponeses da Suábia, que haviam proposto 12 pontos indicando os motivos de sua sublevação: 1. Direito da comunidade de eleger e destituir seu pastor, se houver má conduta da parte dele. 2. Administração dos dízimos do grão por comissários nomeados pela comunidade. 3. “Que nos seja outorgada a qualidade de homens livres por havermos sido redimidos por Cristo, nascido livre, segundo as Escrituras”. 4. Poder também caçar e pescar, e não apenas os senhores. 5. Poder colher lenha sem pagar 2 florins. 6. Que as servidões sejam usadas com moderação. 7. “Que não nos sobrecarreguem de trabalho”. 8. “Que não nos peçam mais impostos do que os que podemos dar sem nos arruinarmos”. 9. “Que os castigos não se deem conforme pareça”, mas por direito escrito. 10. Que sejam devolvidos à comuna os campos de que alguns se apropriaram sem pagar. 11. Que se suprima o “caso de disfunção” (os nobres retinham as terras de viúvas e órfãos). 12. “Nosso artigo duodécimo encerra nossa conclusão. Se não se encontram conformes com a palavra de Cristo um ou vários dos artigos expostos anteriormente, depuramos-nos de boa vontade a retirar aqueles em que fique demonstrado estar em desacordo com essa palavra. A doutrina que se nos fez a demonstração por meio das Escrituras.” (CF. DOMÍNGUES, 1970), apud ECHEGARAY, 1989, pp. 89-90). O texto completo das reivindicações dos camponeses é editorial por Friedrich Engels em escrito que trata do assunto. (CF. ENGELS, Friedrich. *As guerras camponesas na Alemanha*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, p. 117-122).

6 BURKE, op. cit., p. 102.

7 RIETH, Ricardo W. *Introdução à Guerra dos Camponeses*. In: *Obras selecionadas*, v.6. São Leopoldo: Editora Sinodal/Concórdia Editora Ltda., 1996, p. 274.

8 Expressão alemã que se refere a “Guerra dos Camponeses”.

9 Destaque realizado por Paulo Henrique Vieira em texto sobre a filosofia política de Martinho Lutero (CF. VIEIRA, Paulo Henrique. *A filosofia política de Martinho Lutero*. In: *Estudos teológicos*. São Leopoldo: nº 1, 2002, p.68).

10 *Ibidem*, p. 68.

11 Refere-se a textos do Velho Testamento.

12 VIEIRA, op. cit., p. 58-88.

13 Sobre a incitação religiosa da violência, observe-se o artigo *Ritos da violência*, escrito por Natalie Zemon Davis. Entre as considerações levantadas pela autora, há o destaque de que os levantes religiosos são prováveis quando se acredita que as autoridades religiosas e/ou políticas falharam em seu dever ou precisam de ajuda para cumprir-lo. Na conclusão de seu artigo, ressalta que, mesmo no caso extremo da violência religiosa, as multidões não agem de maneira impensada. Elas possuem, em certa medida, uma percepção de que o que estão fazendo é legítimo, as ocasiões estão de algum modo relacionadas à defesa de sua causa e seu comportamento violento possui uma certa estrutura ritual e dramática (CF. DAVIS, Natalie Zenon. *Ritos da violência*. In: DAVIS, Natalie Zenon. *Culturas do povo; sociedade e cultura no início da França moderna*. São Paulo: Paz e Terra, 1990). É oportuno destacar que a formação de Suzanne Desan, *Massas, comunidade e ritual* na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. Além de enfatizar os principais aspectos do artigo mencionado de Davis, Desan ressalta as preciosas contribuições de E. P. Thompson no estudo das formas de resistência popular. Segundo Desan, ao demonstrarem a necessidade de um questionamento crítico das concepções comunitárias de legitimidade e significado, Davis e Thompson fomentaram a abordagem cultural da violência popular (CF. DESAN, Suzanne. *Massas, comunidade e ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Davis*. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992).

14 Programa central da história contada por Carlo Ginsburg em *O queijo e os vermes* (CF. GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987).

15 CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Instituto de Estudos Avançados USP 5/11. São Paulo: janeiro/abril, 1991.

16 CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador - conversações com Jean Lebrun*. Unesp, 1998, p. 109. Sobre o perigo do incitamento que a livre leitura da Bíblia poderia provocar, consulte-se texto de Alberto Manguel intitulado *Uma história da leitura*. Manguel chama atenção de que nem todos os poderes do leitor são iluminadores. O mesmo ato que pode dar vida ao texto extrair suas revelações, multiplicar seus significados, espelhar nele o passado, o presente e as possibilidades do futuro, pode também destruir ou tentar destruir a página viva. Todo leitor inventa leituras, o que não é a mesma coisa que mentir, declarando obstinadamente que o texto serve a uma doutrina, a uma lei arbitrária, a uma vantagem particular, seja aos ditros dos dízios de escravos ou à autoridade de tiranos (CF. MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 322-323).

17 CHARTIER, Roger. *A ordem do livro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 7-9.

18 GINSBURG, op. cit., p. 33-34.

19 Do magistro khiliás, a história. O termo é associado ao movimento milenaristas, alguns dos quais considerados heréticos por Roma, e que se manifestaram na milícia do Cristianismo desde o início da Era Cristã. De modo geral, a doutrina refere-se ao reinado de mil anos de Cristo, na Terra, após seis séculos de passagem. Sempre que se nos faça a demonstração por meio das Escrituras.” (CF. DOMÍNGUES, 1970), apud Testemunhas de Jeová e Mórmons. Refere-se também a movimento ou sistema de pensamento que contesta a ordem social e política existente reputada decadente e perversa, e que espera uma redenção coletiva ligada à crença em um paraíso perdido ou no retorno de um homem permissivo. Verbetes relacionados: quiliasso e milenarismo (CF. ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Plural Editora, 1998). De acordo com Engels, os sonhos do reino milenário, expandiram-se largamente durante a Idade Média, sobretudo nos anos marcados pelas calamidades e pelas revoluções sociais e políticas (ENGELS, op. cit., p. 134).

20 GINSBURG, op. cit., p. 65-70

21 RIBEIRO, Renato Janine. “Posfácio”. In: GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 241.

22 FEBVRE, Lucien. *O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais*. Lisboa: Editorial Início, 1970.